

A POBREZA URBANA E SUAS MULTIFACES: EXPERIÊNCIAS E SIGNIFICADOS

Antônia Jesuíta de Lima

Profª da UFPI

INTRODUÇÃO

As primeiras imagens e representações produzidas sobre a pobreza no pensamento brasileiro datam da virada do século XIX para o século XX quando se verifica a passagem das relações sociais de tipo senhorial-escravista para as relações sociais capitalistas. É o momento em que se registra o desenvolvimento do mercado de trabalho urbano-industrial, baseado na mão-de-obra livre constituída por imigrantes estrangeiros e ex-escravos.

Estando em curso uma nova ordem econômica, tornava-se iminente um discurso de controle da classe trabalhadora e de valorização de novas práticas sociais. A obrigatoriedade do trabalho e a imperiosa constituição de um contingente de trabalhadores assalariados (Valladares, 1991) encenavam o novo processo de ordenação da sociedade.

Germinou-se, nesse cenário, a primeira imagem atribuída à pobreza que vinha associada à idéia de “classes perigosas”. O pobre que não trabalhava era identificado com a ociosidade, a preguiça, a vagabundagem. Estabelecia-se, dessa forma, a dicotomia trabalhador X vadio e a condição social da pobreza era remetida ao plano individual, traduzindo-se na incapacidade do pobre de inserir-se no mundo do trabalho.

Essa imagem vai se modificando conjunturalmente, e nos 50 e 60 a pobreza passa a ser reconhecida como questão social. A sua análise desloca-se da esfera do indivíduo para a estrutura, em que a existência de um mercado de trabalho dual parecia justificar a pobreza urbana. O subemprego e a favela representavam a maior expressão do desenvolvimento econômico desigual, do acelerado processo de urbanização e da não-integração de amplos segmentos da sociedade.

Na década de 70, acompanhando o processo de metropolização, o fenômeno da “periferização” emerge vinculado aos problemas produzidos pelo desenvolvimento acelerado das grandes cidades. Esse processo implicou na segregação sócio-espacial da classe trabalhadora, que se encontra cada vez mais distante das áreas centrais, confinando-se em espaços marcados pela escassez de serviços urbanos e equipamentos de uso coletivo. O pobre, agora, é identificado como o “morador da periferia” em oposição a noção de “favelado”. Além de se distinguir pela forma de morar, a este foram atribuídas virtuosidades, como a capacidade de organização e de desenvolvimento de uma consciência crítica da sociedade e de sua condição social.

Essa nova concepção surge na esteira das lutas empreendidas nos bairros pelos movimentos sociais urbanos que passaram a ser interpretados como os novos atores sociais (Sader, 1988). Se antes os trabalhadores eram interpretados como sujeitos sem potencial político, a partir de então foram concebidos com capacidade de formarem identidades coletivas. Descobre-se que os pobres são também trabalhadores e nessa perspectiva foram pensados a partir de sua inserção na produção. O trabalho constituía-se, portanto, a categoria fundamental para identificar os pobres.

Contudo, ao serem identificados como destituídos de meios materiais, vendedores de força de trabalho foram vistos apenas em sua condição de dominados, desprezando-se suas subjetividades. Opondo-se a isto, outras imagens se produziram, fruto de estudos que buscaram captar o específico no modo de ser e de viver, as práticas sociais e as experiências que dizem muito sobre eles, sobre o que pensam e como se percebem na sociedade. Foi dessa forma que se introduziram nos anos 80 análises sobre a família trabalhadora, em torno de temas como cotidiano, sexualidade, relações de gênero, lazer, poder, violência (Durham, 1984a; Telles, 1990; Zaluar, 1985; Duarte, 1988).

Procurou-se demonstrar que, em face da heterogeneidade econômica, produz-se uma homogeneidade de múltiplas práticas cotidianas, por onde os pobres constroem referências com as quais apreendem o mundo em que vivem e vislumbram as possibilidades de transpor as dificuldades. Verificou-se que, ante a falta de condições objetivas para atender necessidades básicas, os acontecimentos revelam significados que se produzem na ausência de uma experiência que gostariam de ter vivido ou que pensam em conquistar.

No processo de elaboração das mediações simbólicas sobre a ausência dessas condições, constroem um núcleo comum de valores morais que orientam a vida cotidiana, com os quais buscam assegurar a sobrevivência e a dignidade como indivíduos. Esse núcleo é perpassado por um conjunto articulado de reciprocidades e complementaridades que ancora a sociabilidade familiar e a ligação da família com a sociedade.

No âmbito dessas reflexões, acentuou-se o argumento de que os pobres são parte desta sociedade na qual se inscrevem como “pobres”, incorporando em suas práticas o conjunto de clivagens que ela engendra. Contrariando a noção que proclamava mundos à parte com ideologias específicas, ressaltaram que, no contexto da sociedade brasileira, se produzem experiências, com significados sempre reatualizados e reinterpretados a partir de novas e antigas tradições.

A idéia deste trabalho de pesquisa nasceu de um conjunto de indagações nesse campo de preocupações, tendo como núcleo central de investigação, a compreensão de como os pobres vivem e se auto-representam na sociedade. Isto é, de que maneira famílias pobres urbanas vivem e interpretam sua experiência, manifestas em práticas e representações simbólicas que revelam significados e visões de mundo sobre o seu lugar social, a partir do olhar sobre a família, a favela, o trabalho, o lazer, a religiosidade e os sonhos.

Partimos do pressuposto de que, se as condições materiais definem os pobres socialmente, não dizem tudo sobre eles, porque a pobreza comporta múltiplas dimensões. Nessa pluralidade, contemplam-se referências significativas construídas por indivíduos que são caracterizados como “pobres” na estrutura social, através das quais ordenam suas vidas, qualificam sua existência e se situam no mundo.

A busca por essa forma de expressão da pobreza apóia-se na idéia de que há, na sua constituição, elementos que remontam à formação sócio-histórica de

nossa sociedade, marcada por hierarquizações, estigmatizações e uma imbricada rede de relações e práticas sociais que permeiam o cotidiano dos pobres, o que implica compreendê-la num quadro de vulnerabilidade composto de dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais (Oliveira, 1995). Tal proposição nos conduz, inevitavelmente, a pensar a pobreza como uma relação social de caráter multifacetado.

Para a análise tomou-se como referência empírica trajetórias e acontecimentos vividos por famílias pobres, configuradas nas representações que produzem sobre suas condições de vida e sua experiência, entendendo que ela enfeixa um conjunto de práticas concretas e pensamentos, que, intrinsecamente articulados, engendram normas, obrigações sociais de parentesco e de reciprocidades, vividas como valores, arte e religião, constituindo uma “consciência afetiva e moral” (Thompson, 1981, p. 189).

Percorrendo esse itinerário, buscamos responder às questões: como e com que elementos os pobres de Teresina elaboram e definem a sua condição social de pobreza, que os situa de forma desigual e diferente na estrutura social? Em que medida essas interpretações constituem-se referências simbólicas para sua visão e experiência no mundo?

Observamos que ao nomearem um sentido às suas condições de vida, os pobres constroem representações acerca da pobreza e do lugar que ocupam na sociedade, a partir das quais dizem o que pensam sobre esta realidade, e de como nela se expressam. Com isso, desvendam-se significados que elucidam visões diferenciadas, com elementos críticos ou de cristalização de valores que podem reafirmar a estrutura das diferenciações sociais. As interpretações e os elementos simbólicos, com que elaboram sua forma de apreensão do mundo, exprimem suas visões de pobreza, que estão interligadas com a experiência e com as condições sociais em que vivem.

No momento em que refletem sobre as bases de sua existência e as relacionam com o sofrimento moral ante a fome, a falta de moradia, de trabalho, enfim, a falta de condições objetivas para atender necessidades básicas, revelam um significado que se produz na ausência de uma experiência que gostariam de ter vivido ou que pensam em conquistar. No mesmo movimento em que elaboram as mediações simbólicas sobre a ausência dessas condições, constroem um núcleo comum de valores morais, com os quais buscam assegurar a sobrevivência e a

dignidade como indivíduos, isto é, a capacidade de poder corresponder ao compromisso com seus iguais - família, vizinhança - pelo qual reafirmam sua presença no mundo. Esse núcleo é perpassado por um conjunto articulado de reciprocidades e complementaridades que sustém a ligação do indivíduo com a família e a sociedade. (Duarte, 1988)

Ante trajetórias de migrantes rurais e de moradores pobres na cidade, em que a pobreza se coloca como “inelutável destino”, indagou-se como eles vêem as chances para existir “dignamente”, que sonhos revelam, qual a importância deles em suas vidas e em que medida se apresentam como possibilidade ou não de sair da condição social de pobreza?

. A pesquisa trata, portanto, de uma reflexão sobre as condições de vida, da organização e das representações de pobres urbanos, buscando evidenciar as referências simbólicas mediadoras da compreensão de sua existência enquanto pobres na sociedade. Desse modo, o fundamento dessa investigação encaminha-se na direção de compreender a pobreza como uma categoria relativa e multidimensional.

Com base nessas premissas, debruçamos nosso olhar sobre duas experiências do vasto e complexo universo urbano de Teresina, capital do estado do Piauí: Favela Morro da Garrincha e Vila Carlos Feitosa. A escolha dessas áreas insere-se no argumento de que o urbano em Teresina assume um novo formato a partir do final da década de 80 e começo dos anos 90. Como um processo em construção, os diversos atores sociais participaram e mediatizaram a conformação deste novo cenário a partir de inflexões e práticas que instituíram um campo diferenciado de relações entre eles e o urbano. Entre os principais protagonistas dessas mudanças, encontra-se grande parcela das populações pobres, que têm suas trajetórias marcadas, em primeiro lugar, pelo impacto da transição cidade/campo, posteriormente pelas alterações que se processaram no âmbito das ações institucionais, e das práticas sociais e representações que se corporificaram em experiências vividas e engendradas no tecido social.

Tais vivências, ao tempo em que se instituem pela dinâmica das relações cotidianas, são carregadas de significações que informam e formam o modo como se inserem, suportam e pensam os pobres sobre as circunstâncias em que vivem, elucidando valores culturais, tradições, práticas e representações que constituem o fundamento da identidade social e o núcleo comum de sua sobrevivência. Nesse

processo, outras imagens vão se espalhar pela cidade a partir das novas formas de utilização do espaço urbano pelos pobres, em que se colocam, contundentemente, as favelas e vilas, foco central da pesquisa.

Na medida em que elas sintetizam as formas mais visíveis de expressão da pobreza em Teresina, dos contrastes e das ambivalências que esta realidade encena, analisar duas diferentes experiências, tornou-se uma exigência metodológica, porque são bastante representativas para se captar as referências a que se propôs esta análise. Uma, a Favela Morro da Garrincha - localizada no bairro Horto Florestal, Zona Leste, área nobre da cidade, formada a partir da instalação pontual e individual de seus moradores. Consiste num local que foi habitado, progressivamente, ao longo dos anos. Outra, a Vila Carlos Feitosa, situada na Zona Norte da cidade, área de forte concentração de segmentos pobres da população de Teresina. Constituiu-se como resultado de um processo de ocupação coletiva ocorrido em 1994. É regularizada e parcialmente urbanizada. A escolha das regiões também obedeceu a uma necessidade de expor as polarizações, contradições e relações sociais que comportam a vida social urbana.

Definimos, assim, como principais vias de acesso à realidade o espaço local e a família, partindo do entendimento de que são esses os eixos norteadores das referências de pertencimento na formação da identidade dos pobres. A pobreza é vivida mais intensamente no mundo privado, por onde constroem sua identidade social e sua consciência da ausência de alteridade no espaço público. Com esses elementos elaboram suas visões do mundo em que vivem, obtêm a medida de sua importância e significado numa estrutura social em que são estigmatizados como "pobres" e, sob essa ótica, vislumbram suas possibilidades de existência. Considerando o forte imbricamento entre o urbano, a pobreza e a migração na composição da trama social desta cidade, a escolha das famílias incidiu, prioritariamente, em moradores que passaram por experiência migratória, constituindo-se este o principal critério para escolha do grupo empírico pesquisado. As referências rural/urbano, antigo/novo serviram como parâmetro para a compreensão dos valores e tradições que se mantêm, se preservam e se reconstróem com a experiência da vida urbana.

A investigação iniciou-se em julho de 1995, com a pesquisa de caráter exploratório e foi finalizada no ano de 1997. Esta última etapa consistiu na seleção definitiva das áreas e do grupo de famílias a serem investigadas, em contatos e

visitas e na coleta de dados propriamente dita, através do registro de depoimentos daqueles moradores que se dispuseram a compor o universo da pesquisa.

TECENDO AS MULTIFACES DA POBREZA

O estudo trouxe, para o primeiro plano, a imagem de pessoas que vivem e interpretam a experiência da pobreza como acontecimento que transforma o seu cotidiano numa permanente desordem, onde a dignidade e a identidade são continuamente afetadas e as relações de reciprocidades, vividas no mundo privado, ameaçadas de cisão a todo instante. Numa luta cotidiana incessante, buscam retomar trajetórias, retecendo relações e vínculos, e reconstruindo sonhos de uma vida que pensam como “decente”, rompendo com o imponderável, com o contingente que os torna desiguais pela exclusão e diferentes por pertencerem a um segmento que é (e se sente) estigmatizado socialmente.

Nesse mergulho, pudemos notar que a história recente dos pobres em Teresina, em sua maioria migrantes, constitui-se de trajetórias incertas, de uma intensa mobilidade espacial no universo urbano, cuja experiência encontra-se, intrinsecamente, vinculada às vicissitudes geradas com o novo cenário que a cidade exibiu a partir de meados dos anos 80. A forma como se espacializam e se organizam territorialmente demonstra a inflexão que determinou a reconfiguração da cidade, marcada de um lado pelo progressivo aumento dos segmentos pobres da população, presentes mais flagrantemente nas favelas e vilas; por outro, pela necessidade de o Estado definir um novo ordenamento urbano, instituindo legislação que visava a dar novos contornos, a partir do reordenamento e controle das formas de utilização do espaço urbano.

A presença dos pobres se mostrou expressiva. Suas formas clássicas e “marginais” de habitação, identificadas com o termo favela, plasmaram-se, de forma indistinta, por toda a cidade, como um acontecimento que não indicava integração e convivência numa mesma área de grupos sociais distintos, polarizados; ao contrário, anunciavam que os problemas urbanos se aprofundavam e que os sinais das desigualdades sociais não resistiam mais à lógica segregadora do binômio centro-periferia, frente à expansão dos contrastes de riqueza e miséria.

Os pobres, não encontrando espaço adequado para morar, instalam-se nos mais diferentes lugares, geralmente em condições inadequadas e de risco, o que não é uma novidade histórica. O traço novo se definia pelas ocupações coletivas de terras que substituíram as formas tradicionais consideradas “ilegais”, regidas pela antinomia legalidade/ilegalidade, alterando as relações entre os diferentes agentes urbanos e ensejando o reconhecimento público dessas formas de mobilização. O Estado obrigou-se a atualizar suas ações, democratizando-se frente aos novos conflitos e novas demandas. A experiência dos “Sem-Teto” impôs um questionamento sobre o direito legal da ocupação e uso do solo urbano, afirmando a legitimidade das formas de acesso à moradia utilizadas pelos pobres.

A luta para “fixar âncoras” colocou-se como um elemento que perpassa de ponta a ponta a experiência e o universo simbólico de todos os entrevistados, assim como de tantas outras famílias pobres de Teresina, retratando-se nas suas trajetórias como trabalhadores rurais, como migrantes e como pobres da cidade. A instalação numa favela, mesmo carregada de transtornos, é supervalorizada, porque, na busca de territorializar-se, encontram ali a chance de ter a posse da terra. A territorialização significa a conquista do lugar, o rompimento com o nomadismo involuntário e as relações provisórias, internalizadas como algo latente em suas vidas.

A pesquisa evidenciou um forte traço que atravessa as trajetórias desses sujeitos no campo e na cidade - a itinerância. O nomadismo urbano que caracteriza a vida de grande parte dos moradores das favelas apresenta-se como uma continuidade da vida errante no meio rural. Essa mobilidade que poderia significar, idealmente, o direito do morador da cidade de movimentar-se, livremente, de ir e vir, de fato, representa ausência de direito à moradia e instabilidade em todas as esferas da vida social. A nuance diferenciadora reside na idéia de que há maior margem de movimento na cidade, ao contrário do que ocorre no meio rural, em que muitos trabalhadores pobres vivem em relação de total dependência - às vezes, tanto de domicílio quanto de trabalho - com o patrão. Na cidade, as chances de construção de um espaço de pertencimento, de erigir uma vida digna parecem mais tangíveis.

O ter a casa assim como ter o trabalho, parte, às vezes, de uma batalha inglória, constituem-se, para eles, sinal de *status* e de diferenciação social interna, segundo princípios e critérios que definem uma hierarquização na pobreza, onde se enquadram os mais pobres e os menos pobres, ou ainda os pobres que não se

sentem ricos nem pobres, pois há sempre um outro pobre em pior situação que ele, o “verdadeiro” pobre.

À medida que sofrem com a condição social de pobreza, lutam para superar as desigualdades e os estigmas que os discriminam e os tocam profundamente, enquanto existência social e humana. Buscam assim romper com a antinomia pobreza/cidadania, que povoa seu universo e é internalizada como sofrimento moral. Por viver sob o limite dessa negação - de ser cidadão -, porque são pobres, anseiam um projeto de ascensão, vislumbrando encontrar um lugar social no mundo, do qual possam se julgar dignos e integrados à sociedade.

São os espaços familiar e local os lugares em que constroem e vivem, verdadeiramente, suas experiências pessoais e coletivas, tecem suas redes de solidariedade e projetam seus sonhos e desejos. Encontram nesse campo de sociabilidades a base da sobrevivência e dos vínculos sociais, por razões que independem da sua vontade e escolha. A partir dessas redes, experimentam modos de vida, identificam-se socialmente e atribuem significados a um mundo em que são situados hierarquicamente como “pobres”.

A pesquisa revelou-nos que o mundo dos pobres em Teresina constitui-se de realidades díspares, de experiências singulares, marcadas por dramas individuais e coletivos, vividos, intensamente, na intimidade do lar e na vida cotidiana, representando o traço comum que os faz sentir-se pertencentes a um grupo social diferente. É nas interfaces da vivência das privações, da ausência de direitos que tornem suas demandas legítimas, que suas experiências se aproximam. A perspectiva de homogeneidade entre os pobres encontra-se, assim, nos limites das condições de vida, mas, sobretudo, na partilha de tradições culturais, religiosas e políticas, vividas no âmbito do espaço local.

Pode-se notar que, no conjunto das representações formuladas, são as experiências vividas em relação à família, ao trabalho e à sociabilidade local que constituem o amálgama da identidade social dos entrevistados, pois aí se encontram as mediações simbólicas que permitem a interação com seus iguais, os pobres, e com os não iguais, os ricos. Orientam o cotidiano e definem o seu lugar na vida social a partir de códigos de reciprocidades e complementaridades, ancorados em valores morais, através dos quais produzem relações e vínculos nos seus lugares de pertencimento, no espaço privado, por oposição ao “não-lugar” (Augé, 1992) no espaço público.

A representação que elaboram de si e de sua presença no mundo está imbricada com a própria imagem que produzem sobre a importância da família em suas vidas. Nela se espelham e se reconhecem numa teia de relações significativamente importantes da experiência cotidiana. Constitui-se a família, o valor moral primordial e base de ordenamento da conduta de seus membros que, orientando-se por regras de obrigações e obediência à uma tradição patriarcal, tentam construir uma noção de ordem interna, como condição de autopreservação contra os efeitos perversos das circunstâncias em que vivem.

Em meio a sentimentos, ora de revolta, de indignação, ora de conformismo, eles encontram dimensões em suas vidas que os fazem sentir-se menos inferiores, iguais ou mesmo superiores aos ricos, quando invocam suas qualidades morais. Revalorizando a auto-estima nessa esfera procuram consolidar as suas bases identitárias e se afirmar como sujeitos que reivindicam um lugar legítimo na sociedade.

O trabalho constitui-se a possibilidade desse reconhecimento do pobre no espaço público que, uma vez conquistado, reforça a imagem e os valores que ordenam a vida no mundo privado. Imprime-se, portanto de um valor moral que sustenta a representação do masculino tanto no interior da casa quanto no espaço da rua. A mulher assume papel fundamental como gestora dos negócios domésticos, da socialização dos filhos, mas empenha-se, assim como estes, em fazer funcionar o empreendimento familiar. Contudo, para ela, o trabalho representa, além disso, a possibilidade de libertação da dependência do marido e de afirmação de um novo papel social noutro lugar, distinto do que lhe foi atribuído historicamente.

O emprego imbuí-se de importância seminal no sentido de concretização do valor de acesso ao trabalho, porque permite manter um sentimento de dignidade em relação aos outros e de autovalorização, de amor próprio. Nele são depositados os sonhos de mobilidade social, embora constantemente desfeitos, pela desordem instalada com o desemprego.

A falta de emprego implica o afastamento do estatuto social que preside o trabalho e produz nos chefes de famílias sentimentos profundos, como a humilhação e a perda da auto-estima ante o temor de não corresponderem às reciprocidades esperadas e ainda de serem confundidos com a figura do “vagabundo”, imagem da qual procuram se desvencilhar de todas as formas possíveis. O desemprego não compromete apenas a sobrevivência, suprime as chances de superação dos

entraves culturais que reforçam a imagem da pobreza vinculada à idéia de marginalidade.

Nesta realidade, além dos grandes contrastes e da degradante situação em que vivem os pobres, as possibilidades de melhorar de vida através do trabalho formal tornam-se quase inexecutáveis face à débil economia do município e do estado. Participando de um mercado de trabalho marcadamente pobre, onde as condições de emprego sempre foram limitadas, o trabalhador pobre, sem escolarização e sem qualificação, não consegue adquirir momentos de estabilidade, salvo aquele que já detém anos de experiência numa mesma atividade. Na falta de perspectiva de transformar-se em “trabalhadores com emprego fixo”, as suas expectativas transferem-se para o mundo da informalidade. Nesta esfera, as estratégias de sobrevivência compõem-se como a única forma de afastar o perigo iminente da indigência e da dependência total dos outros, embora essa situação venha a aprofundar o campo das vulnerabilidades.

Na medida em que a ausência de trabalho ou sua precariedade constituem-se os dilemas do drama cotidiano, ele é interpretado de forma negativa e como crítica endereçada àqueles que podem lhes garantir o emprego. Por outro lado, a representação positiva do trabalho se afirma ante a possibilidade concreta de se legitimarem na sociedade, porque constitui-se a chave de garantia da moralidade familiar e de construção de uma noção de pertencimento no espaço público.

Por esses registros, observou-se que, ao elaborarem uma imagem de sua condição social, eles se reportam à família, ao grupo de parentesco, ao próximo, a todos considerados pobres, como seus iguais e aos ricos, como não-iguais, com os quais não estabelecem as mesmas relações de reciprocidade e complementaridades. Com essas referências, tecem os fios de sua identidade social. Os ricos representam o grupo social que com eles tem uma relação de “estranhamento” e orienta-se por condutas e valores distintos do universo moral e simbólico dos pobres. Nesse campo, em que prevalecem a incompreensão, os impulsos egoísticos, a mesquinhez e sua não aceitação, sentem-se marginalizados e estigmatizados pela “sociedade”. Esta é representada pelos patrões, os homens políticos, os governantes, isto é, todos aqueles que se julgam (e são por eles também julgados) situados acima dos pobres, não reconhecendo nestes o estatuto de cidadãos.

Sob esse ângulo, a pobreza é vivida e interpretada como injustiça, porque, mesmo desiguais socialmente, consideram-se dotados de uma virtude intransferível, a riqueza moral. Essa moralidade vivida no mundo privado é a razão do valor positivo que encontram em suas vidas, que se representa na imagem do trabalhador honesto, daquele que cumpre com os papéis familiares e suas obrigações. Nesse contexto, a representação da pobreza se redefine, ela não é mais interpretada pelo seu caráter objetivo e material, mas pelo estoque simbólico que povoa o universo do pobre, consistindo na capacidade moral de suplantar a desordem cotidiana, construindo suas trajetórias com dignidade, na tentativa de sentir-se parte deste mundo.

Além dos valores morais que tomam como positividade em suas vidas, os valores religiosos sedimentam esse núcleo comum, que os leva a viver as privações com resignação, como forma de sobrevivência. Essa religiosidade que impregna suas vidas e vivida, intensamente, na cidade, vem da tradição das experiências no meio rural, adquirida com o sofrimento diante da seca, da falta de terra para trabalhar e das injustiças sociais. É se apegando às crenças que suportam e enfrentam as circunstâncias adversas, mas também esperam um futuro diferente, mesmo que seja usufruído apenas pelos filhos.

Uma conclusão importante a que chegamos foi que, ao se situarem no mundo como pobres, reconstroem, em suas representações, a imagem genérica da pobreza, referida às desigualdades sociais entre si e os detentores da riqueza que constituem um grupo social antagônico. Nesse momento, acentua-se a expressão do “Nós”, o conjunto de pessoas que interagem, comungando as mesmas privações, práticas sociais, políticas e culturais. Num outro registro, isto é, no confronto das experiências, as especificidades se evidenciam, produzindo-se, nas práticas e representações, estratos de pobreza, imagens que reforçam a adoção de valores cristalizados pelo imaginário social sobre os pobres. O vizinho é seu igual, mas ele incorpora a verdadeira imagem do pobre, isto é, aquele segmento que se encontra no último patamar na hierarquia de classificação dos pobres, os miseráveis. Com esses princípios, julgam-se menos pobres. Na seqüência, configura-se outra polaridade, baseada no valor moral atribuído à família e ao trabalho, a partir do qual são definidos os bons e os “maus pobres”.

A partir dessas reflexões, pode-se perceber que há, como substrato nos discursos dos entrevistados, um conteúdo homogeneizador sobre a pobreza,

dominante na sociedade, que é internalizado como nítidos sinais de discriminação e injustiça, alimentando as desigualdades sociais. Todavia, a concepção de pobreza não se encerra numa categoria genérica, pois afirma-se numa heterogeneidade interna, contrariando a idéia de os pobres constituírem uma classe homogênea. Essa heterogeneidade não está restrita às formas de inserção na sociedade, fonte de definição das identidades e diferenças, ela refere-se também às múltiplas visões formuladas no processo de auto-identificação enquanto pobres.

Na construção do “Nós” que é também uma categoria social e política, as representações se produzem a partir das condições de vida e estas iluminam, nomeando-lhes sentidos, ora sob a forma de crítica social, ora reafirmando essa estrutura de diferenciação social. Nesse universo, os princípios e valores morais que orientam as relações e as sociabilidades, constituem um estoque simbólico engendrado nas próprias condições de vida que lhes são permitidas viver, possibilitando-lhes que estabeleçam um sentido de ordem, através da qual se situam e interpretam o mundo.

A análise demonstrou que, embora vivendo experiências dramáticas que poderiam indicar fratura social, há uma tendência de aprofundamento dos vínculos sociais, através dos mecanismos de auto-ajuda, de solidariedade e de práticas que definem os contornos de sua identidade e se circunscrevem, também, as marcas simbólicas do universo de suas vidas como pobres. Não se trata de erosão do vínculo social; ao contrário, trata-se de seu fortalecimento frente à ausência de uma responsabilidade pública pelos destinos de pessoas que não têm o direito de se plasmar na sociedade como portadores desse estatuto social.

A pobreza, longe de significar famílias desagregadas, desestruturadas, reflete uma condição em que os pobres buscam, exatamente no equilíbrio e num padrão de moralidade familiar, o sentido de suas vidas, reconstruindo caminhos, histórias e sonhos, transformando os sofrimentos, as privações em obstáculos a serem superadas num futuro compatível com as limitações que impõem sua condição social.

Essas pessoas ancoram-se nas sociabilidades locais, mas lutam pelo engajamento na sociedade, pois querem “mudar de vida”, conforme nos revelou o quarto capítulo. Desejam conquistar uma vida estável, sem transtornos, através de um bom emprego para cumprir com as expectativas construídas no mundo privado. Eis o traço que os liga aos trabalhadores pobres em geral, como aqueles estudados

por Caldeira (1984) e Zaluar (1985). O que declina a sua diferenciação é que os pobres em Teresina encontram-se em condições mais vulneráveis que em outras realidades, inclusive no Nordeste.

Porém, mais que o trabalho, a casa, a saúde, o lazer, eles querem ser reconhecidos como cidadãos, cujas demandas estão além do agenciamento de um emprego, dos serviços assistenciais do Estado. Supõe a conquista de cidadania, a construção de um lugar de pertencimento no espaço público, de onde possam ter reconhecidas suas necessidades como legítimas, espaço em que as diferenças sejam medida de respeito às subjetividades, à heterogeneidades e não de discriminação. Querem, assim, superar as marcas do estigma, por isso desejam descaracterizar a imagem da favela e da vila como o lugar do pobre, através das lutas cotidianas.

Superar as privações e o estigma supõe uma mobilidade social associada a um processo emancipatório que implique uma cidadania constituída, não apenas pelo reconhecimento na esfera estatal, isto é, “a obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado”, mas também na “obrigação política horizontal entre cidadãos.” (Santos, 1995a)

Com isso, buscam sair da condição social de pobre, mesmo convivendo com imagens de um passado que reavivam a crença de que não há mais possibilidade de mudança e um presente que não oferece elementos palpáveis para construir um futuro diferente. Todavia, enunciam, em seus sonhos, o desejo de que os mecanismos de reciprocidades e de alteridade se inscrevam em todas as esferas da vida social.

BIBLIOGRAFIA

AUGÉ, Marc. *Non-lieux: introduction à une anthropologie de la surmodernité*. Paris: Seuil, 1992.

BUARQUE, Cristovam. *O que é apartação*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CALDEIRA, Teresa P. R. *A Política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984.

CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1995.

- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 11, n. 5, 1991.
- DONZELOT, Jacques. Le déplacement de la question sociale. In: DONZELOT, Jacques (dir.). *Face à l'exclusion: le modèle français*. Paris: Esprit, 1991. p. 6-10.
- DUARTE, Luiz F. D. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- DURHAM, Eunice. *A Caminho da cidade*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- _____. Movimentos sociais: a construção da cidadania. *Novos estudos Cebrap*. São Paulo, n. 10, outubro, 1984a.
- LEWIS, Oscar. La Culture de pauvreté. *Économie & Humanisme*. Lyon, V. 26 ème année, n. 174, Mai/Juin, 1967.
- NASCIMENTO, Elimar P. Exclusão: a nova questão social. *Proposta*, Brasília, n. 42, 1994. Texto apresentado na 2ª semana social brasileira.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Questão do Estado: vulnerabilidade social e carência de direitos. *Cadernos ABONG*,. São Paulo, v. 9, n. 8, p. 9-19, 1995.
- SALES, Teresa. *Trama das desigualdades, drama da pobreza no Brasil*. Campinas: 1992. Tese (Livre-Docência), Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- SANTOS, Wanderlei G. dos. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- TELLES, Vera da S. Pobreza, movimentos sociais e cultura política: notas sobre as difíceis relações entre pobreza, direitos e democracia. In: DINIZ, Eli (org.). *O Brasil no rastro da crise*. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS, 1994.
- _____. *Cidadania inexistente: incivilidade e pobreza. Um estudo sobre trabalho e família na grande São Paulo*. São Paulo: 1992. Tese (Doutorado), Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SARTI, Cynthia A. *A Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Autores Associados, 1996.
- THOMPSON, E. P. *A Miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VALLADARES, Lícia do P. (org.). Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato R. (org.) *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991. p.81 -112.

ZALUAR, Alba. *A Máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.